Os BPDs devem atender ao mundo que desejamos

Enquanto o mundo enfrenta as mais profundas crises globais de saúde, sociais e econômicas em um século, entrelaçadas com a crescente destruição da biodiversidade, o agravamento dos impactos da crise climática, aumentando e interligando as desigualdades e ameaças aos direitos fundamentais , nós, organizações da sociedade civil abaixo assinadas, apelamos aos Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPDs) para dedicar seus recursos financeiros significativos e sua influência para a construção de um futuro justo, equitativo, inclusivo e sustentável para todos.

A pandemia da Covid-19 é apenas o exemplo mais recente das crises multifacetadas com as quais nossas sociedades são confrontadas. Elas devem ser tratadas na raiz. A pandemia provavelmente levará mais 150 milhões de pessoas à extrema pobreza até 2021 e aumentará dramaticamente as muitas vulnerabilidades enfrentadas por bilhões de pessoas. Mulheres e meninas, bem como aqueles que sofrem os impactos cumulativos de várias vulnerabilidades, serão os mais afetados. E o agravamento da crise climática e o declínio acelerado da biodiversidade, se não forem eliminados, intensificarão ainda mais a pobreza e outras vulnerabilidades até 2030. Qualquer que seja a duração da pandemia, os desafios que o mundo enfrenta exigem respostas globais para serem adaptadas às realidades locais.

Este termo visa destacar as questões importantes e interligadas que os BPDs devem abordar para fornecer uma resposta global aos desafios atuais e de longo prazo. Os BPDs não devem repetir os erros do passado. Eles devem aproveitar a oportunidade da Cúpula Finance in Common para iniciar uma mudança profunda e rápida na maneira como operam e colocar a democracia, a inclusividade, a igualdade, a solidariedade e o bem comum no centro de suas ações. O dinheiro público só deve ser gasto de forma a promover o bem-estar das pessoas e do planeta; nem um único centavo gasto deve contribuir de forma alguma para a violação dos direitos humanos, dos direitos econômicos, sociais e culturais ou dos direitos dos povos indígenas, nem deve permitir a destruição da natureza, alimentar a crise climática ou agravar a injustiça climática por apoiar as indústrias mais responsáveis por isso.

Por meio de fortes mecanismos participativos com atuação significativa da sociedade civil em todos os estágios, desde o desenvolvimento de políticas até a avaliação de seus impactos, os BPDs podem criar caminhos concretos para garantir o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento liderado pela comunidade. Suas operações diretas e indiretas devem promover a construção de resiliência e o desenvolvimento de serviços públicos essenciais e de boa qualidade, apoiar os esforços para combater a corrupção e a elisão fiscal e aderir ao princípio de "não causar danos" para que seu financiamento não prejudique o clima e objetivos ambientais, aumente o peso da dívida ou amplie as desigualdades. Para garantir a responsabilização, os mais altos padrões de transparência devem ser aplicados por todos os BPDs e todos os seus intermediários.

O contexto atual é terrível. Uma resposta rápida, bem como ações anticíclicas de longo prazo dos BPDs são necessárias para mitigar os impactos da crise da Covid-19, especialmente para as pessoas mais vulneráveis e marginalizadas. Esses esforços devem ser apoiados por países que proporcionem o mandato, as políticas e medidas corretos e os recursos necessários às instituições financeiras públicas.

Nós, as organizações da sociedade civil abaixo assinadas, acreditamos que alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), limitar o aquecimento global a 1,5 °C mediante a implementação total do Acordo de Paris e proteger a natureza devem ser os principais impulsionadores da ação na próxima década. Apelamos aos BPDs para que transformem imediata e rapidamente suas políticas e modelos de financiamento, adotando e implementando urgentemente compromissos para aumentar o financiamento para um desenvolvimento justo, equitativo e sustentável; promover e garantir os direitos humanos para todos, não deixando para trás as comunidades mais vulneráveis e marginalizadas; e garantir que todos os fluxos financeiros contribuam para o desenvolvimento de sociedades de baixo carbono e resilientes, alinhadas com trajetórias de 1,5 °C. Nossas demandas são descritas em detalhes a seguir.

REPENSANDO O FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E RESPONDENDO À COVID-19 PARA ATINGIR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1) Aumentar e reestruturar o financiamento para o desenvolvimento

Os BPDs devem conduzir uma transição rápida para um modelo de desenvolvimento que construa sociedades resilientes, responda às necessidades das comunidades e proteja os ecossistemas. Eles devem garantir que todos os seus investimentos sejam consistentes com esses objetivos, incluindo a destinação de uma quantia significativa para o financiamento de sistemas de proteção social, sistemas de saúde pública robustos e para garantir o direito à alimentação, água e saneamento, educação, moradia e acesso a serviços públicos essenciais para todos. Isso requer uma mudança de curso na maioria das instituições. Significa um mandato de desenvolvimento mais forte, seguido de políticas e mecanismos de monitoramento que garantam que o interesse público tenha precedência sobre a geração de retornos financeiros e o atendimento aos interesses privados.

Portanto, os BPDs devem:

- Cumprir os mais altos padrões de transparência, fornecer acesso público aos dados e participar de consultas públicas significativas no que diz respeito a suas políticas e processos de tomada de decisão. Suas estruturas de governança devem incluir representantes da sociedade civil, a fim de permitir maiores níveis de supervisão pública e maior responsabilidade pelo uso do financiamento público de desenvolvimento;
- Desenvolver e melhorar mecanismos de transparência, monitoramento, supervisão, reclamação e prestação de contas para evitar ativamente que os investimentos do BPD prejudiquem os direitos humanos. Todos os BPDs devem estabelecer mecanismos de reclamação para comunidades afetadas ou potencialmente afetadas e defensores de direitos a fim de remediar ou evitar qualquer dano;
- Analisar o impacto distributivo de seus programas para garantir que não agravem ou causem desigualdades econômicas e sociais;
- Priorizar o aumento do apoio ao setor público, especialmente na área de proteção social, saúde, água, saneamento, higiene e educação. Esse apoio não deve ser feito por meio de privatizações ou parcerias público-privadas (PPPs); em vez disso, os BPDs devem dedicar mais recursos ao fortalecimento das autoridades fiscais nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive promovendo tributação justa, transparent e e progressiva;
- Aderir aos princípios de eficácia de desenvolvimento reconhecidos para todas as iniciativas, incluindo finanças combinadas, nas quais os BPDs estejam envolvidos. Um quadro vinculativo com transparência robusta e sistemas de responsabilização deve ser estabelecido nos BPDs para monitorar as despesas do financiamento misto e garantir que ele forneça o valor máximo para o interesse público, tenha um impacto de desenvolvimento comprovado e seja coerente com os objetivos da Agenda 2030 e o Acordo de Paris, respeitando os direitos fundamentais;
- Alinhar o financiamento fornecido com as prioridades de cada país, que foram objeto de ampla consulta pública;

- Desempenhar um papel de liderança em assegurar que as organizações da sociedade civil tenham acesso a financiamento adequado, previsível, diversificado e sustentável, reconhecendo seu importante papel como agentes de desenvolvimento em seus próprios direitos;
- Promover e participar de um quadro multilateral permanente sob o patrocínio da ONU para apoiar a reestruturação sistemática, oportuna e justa da dívida soberana, em um processo que convoca todos os credores (incluindo bancos de desenvolvimento);
- Implementar políticas fiscais fortes que exigem o fim da cooperação com e financiamento de sociedades e instituições financeiras envolvidas na evasão fiscal e que não estão sendo transparentes sobre suas operações, através da publicação de relatórios país por país pelas empresas que recebem financiamento público e uma declaração pública de seus beneficiários efetivos. Os BPDs devem parar de financiar empresas ou intermediários localizados em jurisdições com transparência limitada ou tributação efetiva baixa;
- Comprometer-se a apoiar e investir na economia social e solidária, que tem grande potencial econômico e de criação de empregos, especialmente a nível local ou regional (PMEs, mutualidades de saúde e cooperativas em todos os setores), mas muitas vezes é limitada pela ausência de um público adequado ou financiamento privado.

2) Aumentar o financiamento e apoiar fortemente um alívio da dívida pós-Covid-19 e uma iniciativa de sustentabilidade financeira

Financiar os ODS e a ação climática foram grandes desafios para os países em desenvolvimento antes mesmo da Covid-19. A pandemia afetou negativamente os recursos internos e as capacidades dos países para atender às necessidades básicas de sua população e enfrentar a crise climática. Uma nova crise da dívida está se aproximando, com 44% dos países de baixa renda com ou em risco de sobreendividamento mesmo antes da pandemia. A Covid-19 exacerbou os níveis de dívida em todos os lugares e particularmente no Sul Global, com os países assumindo novos empréstimos para mitigar os efeitos da pandemia, mesmo que as obrigações de pagamento da dívida pública já os impeçam de financiar ações climáticas. Para evitar a catástrofe em países de baixa renda e globalmente, um grande influxo de financiamento público é necessário como parte das medidas de recuperação da Covid-19 e para criar resiliência contra impactos futuros. Portanto, é crucial que os BPDs:

- Aumentem o financiamento para apoiar os países em desenvolvimento a enfrentar a crise climática e alcançar os ODS. Enquanto os países desenvolvidos estão se beneficiando de maiores recursos financeiros disponibilizados, por exemplo, por meio de decisões dos bancos centrais, os países em desenvolvimento não têm espaço fiscal para tomar medidas semelhantes e precisam de um apoio significativamente maior;
- Forneçam financiamento por meio de medidas mais concessionais possíveis, para evitar que os empréstimos agravem ainda mais os níveis de dívida insustentáveis no futuro próximo;
- Não promovam medidas de austeridade que vão acabar agravando a crise atual e comprometendo as gerações futuras;
- Forneçam alívio da dívida para esses países onde há dívidas pendentes e impagáveis, garantindo ao mesmo tempo que qualquer novo empréstimo seja com condições altamente concessionais;
- Apoiem e, quando seu mandato permitir, participem de uma iniciativa de sustentabilidade e alívio da dívida pós-Covid-19 sob o patrocínio da ONU para reduzir a dívida dos países em desenvolvimento a níveis sustentáveis. Tal iniciativa deve considerar as necessidades de financiamento de longo prazo dos países para cumprir os objetivos do Acordo de Paris e dos ODS, bem como os compromissos de direitos humanos e igualdade de gênero, e considerar as necessidades de financiamento de países específicos para cumprir o Acordo de Paris.

ADOTANDO ABORDAGENS BASEADAS EM DIREITOS

1) Centralizar as comunidades e os direitos humanos em todos os modelos de desenvolvimento futuros

O desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem respeito pelos direitos humanos. Os Bancos Públicos de Desenvolvimento, como instituições estatais, têm a obrigação de respeitar e proteger os direitos humanos em suas políticas e operações. Os princípios de desenvolvimento baseados em direitos humanos e liderados pela comunidade devem ser priorizados nos planos de recuperação pós-Covid-19, bem como em todos os outros projetos. Nesse sentido, os BPDs devem se comprometer a:

- Mudar fundamentalmente a forma como o desenvolvimento é concebido e implementado para que os direitos humanos e as comunidades locais estejam no centro. Assegurar a participação plena e livre e respeitar o direito ao consentimento prévio, livre e informado para os povos indígenas e comunidades locais em todas as atividades e projetos;
- Desenvolver abordagens inovadoras para lidar com o espaço fechado, riscos e desafios para comunidades, defensores dos direitos humanos e sociedade civil para participarem de forma significativa nas decisões que impactam suas vidas, meios de subsistência, meio ambiente e recursos. Políticas de tolerância zero contra ameaças e represálias pelos BPDs e seus clientes devem ser um requisito básico;
- Trabalhar com comunidades locais, movimentos sociais e defensores de direitos humanos para identificarem investimentos que estejam alinhados com os padrões internacionais de direitos humanos, proteção do clima e ODS, e reorientar os investimentos para projetos que respeitem esses padrões, garantindo que as prioridades e necessidades dos vulneráveis e pessoas marginalizadas sejam atendidas;
- Reconhecer a responsabilidade dos BPDs, de seus clientes e investidores de respeitarem e promoverem os direitos humanos, conforme estabelecido nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Isso inclui articular claramente como os BPDs irão promover e implementar uma abordagem baseada nos direitos humanos em relação às suas partes interessadas, clientes e contrapartes;
- Fortalecer os requisitos sociais e ambientais por meio da inclusão de padrões de direitos humanos consagrados em convenções internacionais. As garantias devem assegurar que as atividades financiadas direta ou indiretamente pelos BPDs respeitem os direitos humanos, não contribuam para abusos dos direitos humanos e contribuam para o desenvolvimento equitativo e inclusivo que beneficia principalmente os mais necessitados;
- Exigir que clientes ou parceiros do setor privado respeitem e implementem plenamente as leis internacionais de direitos humanos e altos padrões ambientais, inclusive como requisito para acesso a financiamento misto;
- Desenvolver orientação comum para os BPDs sobre diligência prévia em direitos humanos e avaliações de impacto participativo em investimentos em projetos e no apoio a políticas ou programas de reforma econômica. Isso inclui a identificação de riscos contextuais e específicos, estratégias de prevenção e mitigação e remediação de acordo com as normas internacionais de direitos humanos. Assegurar que essas avaliações sejam desenvolvidas em consulta próxima com as comunidades afetadas e sejam atualizadas iterativamente com base nas condições variáveis.

2) Respeitar os direitos dos Povos Indígenas e incluí-los nas decisões

A pandemia da Covid-19 afetou profundamente muitas nações e comunidades indígenas, causando uma ameaça imediata à sua existência e sobrevivência, além de exacerbar as desigualdades existentes e os abusos dos direitos humanos que os povos indígenas enfrentam diariamente. É crucial que os BPDs respeitem os povos indígenas como entidades políticas e sociais distintas. Ao fazer isso, seus direitos de autodeterminação e direitos coletivos à terra devem ser respeitados, bem como seus direitos a(à) sua herança cultural, um ambiente saudável, modelos de desenvolvimento sustentável, consentimento livre, prévio e informado e o direito de participar no desenvolvimento e implementação de políticas e programas voltados para protegê-los e construir soluções pós-Covid sustentáveis, resilientes e equitativas. Para tanto, os BPDs devem:

- Trabalhar com representantes de conselhos e governos indígenas, bem como líderes indígenas de

base, legitimamente eleitos pelas comunidades que representam, para implementar projetos de desenvolvimento cultural e territorialmente apropriados que incluam a satisfação das necessidades de desenvolvimento autoidentificadas dos povos indígenas;

- Respeitar a relação especial que os povos indígenas têm com suas terras coletivas ao considerar o financiamento de qualquer projeto. Os povos indígenas são os melhores guardiões do meio ambiente, dos ecossistemas e da biodiversidade por meio da proteção de suas próprias terras, especialmente quando exercem a propriedade coletiva legal plena dessas terras. Portanto, os BPDs não devem apoiar ou financiar projetos que convertam os direitos de propriedade coletiva dos povos indígenas em propriedade individual ou projetos que expropriem terras de comunidades indígenas. Além disso, os BPDs devem respeitar e incluir o conhecimento e as práticas indígenas no que diz respeito à conservação, ao desenvolvimento sustentável e à resistência e resiliência climática;
- Incluir os povos indígenas na estrutura de seus protocolos de consulta com o objetivo de obter consentimento livre, prévio e informado e seguir os protocolos de consulta das comunidades indígenas quando e onde foram estabelecidos. Tendo em vista que os processos de consulta não podem e não devem ser realizados pessoalmente durante a pandemia, os BPDs devem respeitar essa realidade e permitir períodos de consulta mais longos por diferentes meios, respeitando as preferências de comunicação das comunidades;
- Reconhecer o potencial de dano adicional aos povos indígenas isolados ou em contato recente no contexto da pandemia e nenhum contato direto ou indireto deve ser feito com esses povos em nenhuma circunstância. Isso inclui projetos de desenvolvimento e iniciativas ou esforços de mitigação que gerariam contato indesejado;
- Adotar uma política de tolerância zero com relação a ameaças, ataques e violações de direitos humanos contra defensores dos direitos humanos, incluindo os defensores indígenas, no âmbito da intervenção, direta ou indireta, dos projetos financiados;
- Proteger as terras indígenas e os defensores ambientais, dados os altos níveis de risco de retaliação enfrentados pelos defensores indígenas que protegem suas terras, territórios e recursos naturais para proteger o meio ambiente do desmatamento e envenenamento de fontes de água e alimentos;
- Incluir políticas de garantia e mecanismos de monitoramento com o objetivo de garantir o respeito aos direitos dos Povos Indígenas, incluindo referência à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e ao Acordo de Escazú. Essas políticas devem ser desenvolvidas em consulta com a sociedade civil, incluindo Povos Indígenas e comunidades locais;
- Incorporar o respeito pelo conhecimento e costumes dos Povos Indígenas em quaisquer políticas de saúde promovidas ou apoiadas.

3) Comprometer-se com políticas que sejam sensíveis ao gênero e exclua a discriminação de minorias sexuais e de gênero

Os BPDs devem aumentar significativamente o financiamento para os direitos das mulheres e a igualdade de gênero e adotar uma perspectiva intersetorial em todas as suas atividades. Na verdade, os programas que são essenciais para muitas mulheres e meninas - como saúde e direitos sexuais e reprodutivos, ou aqueles focados na igualdade de gênero e empoderamento, incluindo em setores como agricultura, água e gestão florestal, prestação de serviços locais, cadeias de abastecimento - são cronicamente subfinanciados. A pandemia da Covid-19 exacerbou essas tendências e está colocando ainda mais em risco a saúde, a segurança e o bem-estar de mulheres e meninas. Os BPDs devem:

- Garantir que pelo menos 85% da totalidade do seu financiamento, em termos de volume, inclua o gênero como objetivo relevante até 2025, dos quais pelo menos 20% se destinem a projetos com a igualdade de gênero como objetivo principal. Da mesma forma, os BPDs devem garantir que não financiem quaisquer políticas ou programas que ignorem o gênero;

- Aumentar o financiamento para serviços públicos sensíveis ao gênero e setores que melhoram o bem-estar e os meios de subsistência de mulheres e meninas, reduzem sua carga de trabalho não remunerado, reconhecendo que mulheres e meninas são frequentemente as primeiras a serem prejudicadas quando os serviços são privatizados ou taxas são cobradas para acesso a serviços básicos;
- Excluir a discriminação de minorias sexuais e de gênero (SGMs). Todos os BPDs devem expandir as políticas e o treinamento da equipe para combater a discriminação contra as pessoas LGBTQ + e garantir que elas se beneficiem dos projetos;
- Atentar especialmente à justiça econômica e aos direitos das mulheres no financiamento da recuperação da Covid-19. Os BPDs devem apoiar setores e atividades em que pessoas pobres e mulheres constituam uma grande parcela da força de trabalho, como agricultura, saúde, têxtil, turismo e manufatura local;
- Promover o empoderamento econômico das mulheres por meio do empreendedorismo, investindo em treinamento em atividades geradoras de renda, facilitando o acesso das mulheres a investimentos relevantes e promovendo mecanismos de apoio e intervenções com impactos positivos no trabalho decente para as mulheres;
- Certificar-se de que as mulheres tenham acesso igual a serviços financeiros, invistir em tecnologias inovadoras destinadas a promover o acesso das mulheres a serviços financeiros e projetar serviços financeiros para cerca de 1 bilhão de mulheres sem conta bancária, por exemplo, fornecendo garantias para instituições financeiras locais. Garantir que todas as instituições financeiras removam suas políticas, regras e regulamentos discriminatórios existentes, garantindo que as mulheres possam ter acesso a empréstimos e financiamento independentemente de seu estado civil, familiar ou legal; e enfrentar as barreiras sociais, culturais e econômicas que impedem o acesso das mulheres e o controle sobre os recursos financeiros e outros bens.

ENFRENTANDO AS CRISES CLIMÁTICAS E DE BIODIVERSIDADE

1) Garantir que todo o financiamento seja à prova de clima

Até esta data, os BPDs dos países do G20 forneceram três vezes mais financiamento para combustíveis fósseis do que para energia limpa a cada ano. Os maiores destinatários de apoio para combustíveis fósseis não são os países mais pobres. E onde o financiamento de combustíveis fósseis flui para países de baixa renda, normalmente beneficia corporações multinacionais ao invés de populações locais, enquanto muitas vezes viola os direitos humanos e dos povos indígenas, causando deslocamento e degradação da saúde e do meio ambiente. Ao mesmo tempo, um número crescente de BPDs, incluindo o Banco Europeu de Investimento, está tomando medidas para excluir os combustíveis fósseis do seu financiamento. Mais instituições precisam assumir compromissos semelhantes, enfocando o fim do financiamento de carvão, petróleo e gás.

Reconhecendo que as emissões de carvão, petróleo e gás já em produção empurrariam o mundo muito além de 1,5 °C do aquecimento global, conclamamos todos os BPDs a se comprometerem a:

- Aumentar a parcela do financiamento dedicado à ação climática para ajudar os países a acelerar seus caminhos escolhidos de desenvolvimento de baixo carbono e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas, garantindo que todo o financiamento restante não prejudique as metas climáticas;
- Até a COP26, desenvolver roteiros cientificamente robustos para o alinhamento total com a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento a 1,5 °C e se comprometer a encorajar clientes e intermediários financeiros a fazer o mesmo;
- Parar imediatamente o novo suporte para combustíveis fósseis e outros projetos de geração de eletricidade que emitam mais de 100g CO2/kWh e, até o final de 2021, eliminar gradualmente todo o suporte para combustíveis fósseis já em desenvolvimento. Isso deve abranger os recursos associados (da produção à distribuição), bem como todos os instrumentos financeiros e formas de apoio, incluindo serviços de consultoria, assistência

técnica, garantias, apoio orçamental e apoio através de intermediários financeiros;

- Priorizar o apoio a soluções sustentáveis, renováveis e equitativas em energia, edifícios e transporte, incluindo, mas não se limitando a formas justas e sustentáveis de energia renovável, economia de eficiência energética, baterias e armazenamento, interconectores, tecnologias de rede inteligente, eletrificação de calor e transporte, e transporte público acessível. O fim do apoio financeiro aos combustíveis fósseis também liberaria fundos que poderiam ser redirecionados para serviços públicos essenciais que aumentam a resiliência e permitem a adaptação às mudanças climáticas;
- Aumentar rapidamente os investimentos no acesso universal à energia acessível, confiável, limpa e sustentável até 2030. Este financiamento deve priorizar os países de 'alto impacto', onde as taxas de acesso à eletricidade e a alimentos limpos permanecem as mais baixas, bem como a integração do acesso à energia com perspectiva de gênero, energia renovável fora da rede e mini-rede no planejamento de energia e abordagens de financiamento direcionadas;
- Apoiar a implementação de planos de transição justos desenvolvidos com trabalhadores e comunidades afetados e fornecer apoio transitório para trabalhadores e membros da comunidade afetados.

2) Catalisar sociedades resilientes ao clima

Os países em desenvolvimento e as comunidades vulneráveis precisam de financiamento drasticamente ampliado para projetos de adaptação e perdas e danos. A pesquisa mostra que a escala atual de perdas e danos exige "pelo menos US$ 50 bilhões por ano até 2022, atingindo US $ 150 bilhões em 2025 e US $ 300 bilhões em 2030", e as perdas e danos devem piorar. Além disso, devido às medidas de mitigação serem vistas como as mais lucrativas, não há financiamento climático suficiente para apoiar as medidas de adaptação. Como tal, os BPDs devem:

- Aumentar o financiamento público para a ação climática nos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que direcionam pelo menos 50% dos investimentos para a adaptação para enfrentar o déficit global, com foco em particular nas comunidades mais vulneráveis;
- Fornecer financiamento climático da forma mais concessional possível e idealmente como subsídios, não como empréstimos a taxas de mercado e outros instrumentos não concessionais;
- Incorporar totalmente o risco climático nas políticas e operações do BPD;
- Garantir que todo o financiamento climático seja sensível ao gênero e que pelo menos 85% do financiamento para a adaptação climática também tenha como objetivo alcançar a igualdade de gênero (com base nos marcadores da OCDE). Ao mesmo tempo, os BPDs devem aumentar significativamente o financiamento de mitigação com perspectiva de gênero e investir na educação de mulheres e meninas para promover a participação e a liderança;
- Fornecer financiamento novo e adicional para lidar com perdas e danos contínuos;
- Comprometer-se com princípios comuns para integrar a adaptação em nível de projeto e de sistema aos ciclos de avaliação de projetos e estratégias mais amplas.

3) Adotar políticas mais fortes e consistentes para retardar a perda de biodiversidade e proteger ecossistemas sensíveis e críticos

Superar as mudanças climáticas, prevenir a perda de biodiversidade e suprimir doenças zoonóticas estão profundamente interligados e requerem soluções holísticas. Apesar do progresso recente, o setor bancário internacional ainda precisa explorar plenamente como as políticas de biodiversidade podem melhorar a qualidade de suas carteiras de empréstimos, evitando simultaneamente consequências negativas para a saúde e melhorando a confiança do público. Os BPDs têm um papel crucial a desempenhar para mobilizar recursos e ajudar a entregar o Quadro de Biodiversidade Global pós-2020. Apelamos aos BPDs para:

- Definirem metas operacionais para o financiamento da biodiversidade em suas estratégias plurianuais, alinhadas com as metas de biodiversidade a serem acordadas na CBD COP 15;

- Proibirem categoricamente o financiamento em larga escala, industrial ou prejudicial, direto ou indireto, em ecossistemas críticos ou quase sensíveis, incluindo o respeito aos direitos fundamentais dos povos indígenas e comunidades locais.
- Apoiarem a capacitação e influenciarem mudanças políticas e regulatórias tanto em nível nacional quanto multilateral para eliminar subsídios prejudiciais e adotarem abordagens de planejamento e mitigação aprimoradas para desenvolvimento de infraestrutura que resultem no menor conflito potencial entre pessoas, água e vida selvagem;
- Interromperem o apoio às operações agrícolas ou pecuárias industriais que alimentam novas pandemias, perda de biodiversidade e mudanças climáticas, e, em vez disso, apoiarem a transição para práticas agrícolas mais sustentáveis e resilientes, como a agroecologia, e uma mudança para dietas mais saudáveis e baseadas em vegetais;
- Desenvolverem e aplicarem definições harmonizadas e diretrizes de relatórios para o financiamento da biodiversidade nos BPDs e riscos e impactos da biodiversidade em decisões estratégicas e operacionais para apoiar uma mudança transparente e responsável dos fluxos financeiros e investimentos, públicos e privados, para investimentos positivos para a natureza.
- Incluírem dentro de suas prioridades de financiamento do clima aquelas Soluções Baseadas na Natureza que observam o mais alto nível de integridade ambiental e promovem abordagens baseadas na comunidade e sensíveis ao gênero, a fim de obter benefícios de mitigação e adaptação com a manutenção ou restauração de ecossistemas saudáveis e estabelecer uma parcela do clima financiamento dedicado a este fim.

11.11.11, Belgium
350 América Latina, Brazil
350.org Asia, Asia
350.org Japan, Japan
350.org, Global
50by40, United States
A Well-Fed World, USA
Abibinsroma Foundation, Ghana
ABIMA, Burkina Faso
Abong - Associação Brasileira de ONGs, Brasil
Accountability Counsel, United States
ACT Alliance EU, Europe
ACTED, France
Action contre la Faim, France
ACTION Global Health Advocacy Partnership, USA
ActionAid Denmark, Danmark
ActionAid International, Global
Advocacy Network Against Irregular Migration, Sierra Leone
AEGEE - European Students Forum, Europe
African Law Foundation (AFRILAW), Nigeria
AG Globale Verantwortung (Global Responsibility), Austria
Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières, France
Aide et Action, France
Aitec, France
Al Nahda Wal Adala assosiation, Lebanon
Albania Community Assist, Albania
Alliance for Empowering rural Communities, Ghana
Alliance Sud, Switzerland
alofa tuvalu, France
Alyansa Tigil Mina (ATM), Philippines
Angels in the Field, India
Animal Legal Defense Fund, United States
Antenna France, France
Arab Watch Regional Coalition, Mena
Around the World, México y Colombia
Asia Development Alliance, India
Asian Peoples' Movement on Debt and Development, Asia
Asmae - Association Sœur Emmanuelle, France
Asociación Ambiente y Sociedad, Colombia
Asociacion Ciudadana por los Derechos Humanos, Argentina
Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA), Latin America
Asociación Nacional de Ongs orientadas al desarrollo - Uruguay, Uruguay
Asociación Unión de Talleres 11 de Septiembre, Bolivia
Associação Alternativa Terrazul, Brazil
Associação de Favelas de São José dos Campos, Brazil
Association d'Aide à l'Education de l'Enfant Handicapé (AAEEH), France
Association des Marocains en France, France
Association EAST, France
Association Green Alternative, Georgia
Association la Voute Nubienne, France
Association Morija, France
Association of Development Agencies in Bangladesh (ADAB), Bangladesh
Association pour le Développement de Timbi Touni en France , France
Association Triangle Génération Humanitaire, France
ATD Quart Monde, France
Attac Austria, Austria
Attac France, France
AU-ECOSOCC Kenya National Chapter, Kenya
Badhon Manob Unnayan Sangstha, Bangladesh
Bagmati Unesco Club, Nepal
Bank Information Center, USA
BankTrack, Netherlands
Both ENDS, Netherlands
Bretton Woods Project, UK
Building Blocks for Peace Foundation, Nigeria
CARE International, France
CARI Centre d'Actions et de Réalisations Internationales, France
cartONG, France
CCFD-Terre Solidaire, France
CEE Bankwatch Network, Central Eastern Europe
Center for Biological Diversity, United States
Center for Development Programs in the Cordillera, Philippines
Center for Earth Ethics, USA
Center for International Environmental Law (CIEL), International
Centre for 21st Century Issues, Nigeria
Centre for Environmental Justice, Sri Lanka
CFSI, France
Change Initiative, Bangladesh
Christian Aid, Global
CIMA ONG Ambiental, Argentina
Civil Society Coalition on Sustainable Development, Nigeria
CLDA, Ivory Coast
CLEAN (Coastal Livelihood and Environmental Action Network), Bangladesh
Climate Action Network Canada, Canada
Climate Action Network Europe, Europe
Climate Action Network International, Global
CliMates, France
Climáximo, Portugal
CNAJEP, France
CNCD-11.11.11, Belgium
Coalición Regional por la Transparencia y Participación, Peru, Bolivia, Brasil y Colombia"
Coalition Eau, France
Coalition Education, France
Collectif des Associations Ghanéennes en France, France
Collectif des Leaders pour le Développement durable de l'Afrique, Ivory Coast
Colores del Rincón A.C., México
Community And Family Aid Foundation-Ghana, Ghana
Community Empowerment and Social Justice Network (CEMSOJ), Nepal
Community Resource Centre, Thailand
Conseil Régional des Organisations Non Gouvernementales de Développement, RD Congo
Conservation International, Belgium
Coordination des Associations Guinéennes de France, France
Coordination Humanitaire et Développement, France
Coordination Office of the Austrian Episcopal Conference for International Development and Mission (KOO), Austria
Coordination SUD, France
Corporación El Canelo de Nos, Chile
COSIM Occitanie-Pyrénées, France
Council for NGOs in Malawi - CONGOMA, Malawi
Counter Balance, Belgium
CRID, France
Croatian Platform for International Citizen Solidarity, Croatia
Crude Accountability, USA
CSSSE, France
Dalit NDO Federation (DNF), Nepal
Debt Free Project, Greece, Cyprus
Debt Justice Norway, Norway
Deepti Bhuban, Bangladesh
Defi developper former informer, France
DemNet Hungary, Hungary
Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), Perú
Développement international Desjardins (DID), Canada
DEZNA A.C., Mexico
Echale Mejoramiento SA de CV Sociedad Financiera Comunitaria, Mexico
ÉCHALE, Mexico
Eco Maxei Querétaro AC, México

eco-union, Spain / Europe / Mediterranean
Ecological Manifesto - ManEco, Bulgaria
EcoLur Informational NGO, Armenia
EKOenergy ecolabel, Global
Ekumenická akademie (Ecumenical Academy), Czech Republic
Electriciens sans frontieres, France
Enable Lanka Foundation, Sri Lanka
Engagé.e.s et Déterminé.e.s (E&D), France
Entrepreneurs du Monde, France
Environment Governance Institute, Uganda
Environmental Rights Action / Friends of the Earth Nigeria, Nigeria
Equidad de Género: Ciudadanía, Trabajo y Familia, Mexico
Equipop, France
Equitable Cambodia, Cambodia
Estonian Roundtable for Development Cooperation, Estonia
Eurodad, Europe
Extinction Rebellion NL, The Netherlands
Fair Finance International, The Netherlands
Federation Artisans du Monde, France
Federation Christian Ogranisations International Volunteering Service (FOCSIV), Italy
Fédération des ONG au Togo (FONGTO), Togo
Feedback, UK
Feminist League, Kazakhstan
Femmes et Contribution au Développement - FECODEV, France
Fern, Belgium
FIAN Sri Lanka, Sri Lanka
Focus Association for Sustainable Development, Slovenia
Fondation Danielle Mitterrand, France
Fondo Oaxaqueño Para la Conservación De La Naturaleza A.C., Mexico
Food and Life Sécurity France, France
Forest Peoples Programme, UK and Netherlands
Foro del Buen Ayre, Argentina
Forum des ONG pour le Développement Durable, République de Guinée
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social - FMCJS, Brazil
Forus, Global
Fossielvrij NL, The Netherlands
Foundation for the Conservation of the Earth, FOCONE, Nigeria
FracTracker Alliance, USA
Free Trade Union Development Center, Sri Lanka
Freedom from Debt Coalition, Philippines
Friends of the Disabled Association, Lebanon
Friends of the Earth Japan, Japan
Friends of the Earth Scotland, UK
Friends of the Earth United States, USA
Fund Our Future, South Africa
Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), Argentina
Fundación CAUCE, Cultura Ambiental - Causa Ecologista, Argentina
Fundeps (Fundación para el Desarrollo de Políticas Sustentables), Argentina
Futur Au Présent, France
Geres, France
Germanwatch, Germany
Gestos (soropositividade, comunicação, gênero), Brazil
Global Ageing Network, USA
Global Forum for Media Development (GFMD), Belgium
Global Health Advocates, France
Global Justice Now, UK
Global Witness, UK
Gray Panthers, Global
Grdr, France
Green Advocates International, Liberia
GreenFaith, Global
GRET, France
Groupe Initiaitves, France
Groupe Urgence Réhabilitation Développement, France
Growthwatch, India
Grupo de Financiamiento Climático para Latinoamérica y el Caribe (GFLAC), Latin America and the Caribbean
Haiti Survie, Haiti
HAMAP-Humanitaire, France
Heinrich Böll Stiftung
Helping Children, Sri Lanka
Human Rights International Corner ETS, Italy
Human Rights Movement
Humanity & Inclusion - Handicap International, France
IFAID Aquitaine, France
Immigration Développement Démocratie, France
INFID, Indonesia
Ingénieurs sans Frontières - Agrista, France
Iniciativa para las Inversiones Sustentables China America Latina, Latin America
initiative développement, France
Innovea Development Foundation, Africa/Global
Innovea Hubs, Nigeria/Africa
Institute for Climate and Sustainable Cities, Philippines/Southeast Asia
Institute for Social Economic Studies - INESC, Brazil
International Accountability Project, Global
International Federation of Business and Professional Women, International
International Federation on Ageing (IFA), Global
International Network for Sustainable Energy - Europe, Europe
International Network for the Prevention of Elder Abuse, Global
International Rivers, United States / Global
International Youth Alliance, Bulgaria
Internationale Liga für Menschenrechte, Germany
JAGO NARI, Bangladesh
Japan Center for a Sustainable Environment and Society (JACSES), Japan
Jubilee Debt Campaign, UK
Justiça nos Trilhos, Brazil
Kenya AIDS NGOs Consortium (KANCO), Kenya
L'Appel, France
La Chaine de l'Espoir, France
Lawyers' Association for Human Rights of Nepalese Indigenous Peoples (LAHURNIP), Nepal
Le Planning Familial, France
Lebanese Coalition for Organizations of Disabled People (LCDP), Lebanon
Les Amis de la Terre - Togo, Togo
Les Amis de la Terre France, France
Les Amis des Enfants du Monde, France
Ligue des droits de l'Homme (LDH), France
Maison des Peuples et de la Paix, France
Mauritius Council of Social Service (MACOSS), Mauritius
Médecins du Monde France, France
Media Initiatives for Social Change .org, Pakistan
Mekong Watch, Japan
Microfinance Solidaire SAS, France
Milieudefensie, Netherlands
Mosan Day Care Center, South Lebanon
MY World México, Mexico.
National Ecological Centre of Ukraine, Ukraine
National Indigenous Women's Federation, Nepal
National Union on Intellectual Disability, Beirut
Nature Trust Malta, Malta
NGO Federation of Nepal (NFN), Nepal
NGO Peace One Day Mali, Mali
Notre Affaire à Tous, France
Observatoire d'études et d'appui à la responsabilité sociale et environnementale, République démocratique du Congo
Observatorio Ciudadano, Chile

Oeuvre Malienne pour le Développement des Zones Arides (OMADEZA), Mali
Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, Portugal
Oil Change International, International
Olive Community Development Initiatives, Nigeria
ONE, France
Open Briefing, UK
Organisation des Femmes Africaines de la Diaspora (OFAD), France
Oxfam, Global
Oyu tolgoi watch, Mongolia
Pakistan Development Alliance, Pakistan
Partage, France
Parvis, France
PBI France, France
Peace One Day Mali, Mali
Peoples Federation for National Peace and Development (PEFENAP), Malawi
Philippine Movement for Climate Justice, Philippines
Philippine Rural Reconstruction Movement, Philippines
Plan International France, France
Planète Urgence, France
Plataforma Internacional contra la Impunidad, International
Plateforme Française Dette & Développement (PFDD), France
Povod Institute, Slovenia
Power Shift Africa, Africa
Première Urgence Internationale, France
Protection International, International
Public Association The Right Step, Kyrgyzstan
Public Association Women's organization Alga, Kyrgyzstan
Rainforest Action Network, USA
RECIDEV, France
Recourse, Netherlands
RESAMA – South American Network for Environmental Migrations, Latin America
Réseau Action Climat France, France
Réseau Camerounais des Organisations des Droits de l'Homme (RECODH), Cameroon
Réseau Foi & Justice Afrique Europe antenne France, France
Results Canada, Canada
Rivers without Boundaries Coalition, Mongolia
Rivers without Boundaries, Russia
Salesian Mission, USA
Savisthri National Women's Movement, Sri Lanka
Secours Islamique France, France
Secrétairat international de l'Eau-Solidarité Eau Europe (SIE/SEE), France-Canada
Seeding Sovereignty, USA
SESOBEL, Lebanon
Sherpa, France
Shift Action for Pension Wealth and Planet Health, Canada
Sidaction, France
Sinergia Animal, Brazil
SLOGA Slovenian NGO platform for development, global education and humanitarian aid, Slovenia
SOL, Alternatives Agroécologiques et Solidaires, France
Solidarité Laïque, France
Solidarités International, France
Soroptimist International, Global
SOS Children's Villages International, Austria
SOS Villages d'Enfants France, France
Sri Lanka Nature Group, Sri Lanka
Stand.Earth, International
SUNFO, Sri Lanka
Suomalaiset kehitysjärjestöt – Finnish Development NGOs Fingo ry, Finland
SustainableEnergy (VedvarendeEnergi), Denmark
Swedwatch, Sweden
Sylhet Jubo Academy (SJA), Bangladesh
Terre & Humanisme, France
Terre des Hommes France, France
The Climate Reality Project América Latina, Latin America
The Climate Reality Project Canada, Canada
The Community Association for Promotion and Protection of Human Rights (ACPDH), Burundi
The Oakland Institute, USA
The Peace Is Possible, México
The Sunrise Project, Australia
Tijuana Trasciende A.C, México
Transnational Institute, The Netherlands
Tripla Difesa Onlus Bangladesh, Bangladesh
Tripla Difesa Onlus Global No Violence, Italy
Tripla Difesa Onlus India, India
Tripla Difesa Onlus Italy, Italy
Tripla Difesa Onlus, Italy
Uganda Debt Network, Uganda
UrbaMonde, France
Urgewald, Germany
VedvarendeEnergi, Denmark
Venezolanos en Barranquilla, Colombia
Vietnam Committee on Human Rights (VCHR), Vietnam
Vumilia Africa Performances, France – Rwanda
Wada Na Todo Abhiyan, India
WaterAid, UK, Global
Wecf France, France
Widows for Peace through Democracy (WPD), UK
Witness Radio – Uganda, Uganda – East Africa
Women Development Program, Bangladesh
Women Engage for a Common Future (WECF), Global
Women Organizing for Change in Agriculture and Natural Resource Management (WOCAN), United States
Women's Environment and Development Organization (WEDO), Global
Women's Rehabilitation Centre (WOREC), Nepal
World Accord – International Development Agency, Canada
World Association for Christian Communication (WACC), United Kingdom
World Wildlife Fund, USA
WWF France, France
Youth FfD Constituency, Global
Youth in Action on Earth, México
ZERO – Association for the Sustainability of the Earth System, Portugal
Zimbabwe Council of Churches, Zimbabwe